



Mamografia não basta para prevenir câncer, dizem médicos

Genildo Magalhães/Agência Senado



Exame pode detectar doença no estágio inicial, mas não deve ser feito em excesso, segundo especialistas. Hábitos de vida saudáveis e informação de qualidade são importantes para reduzir a incidência

O exame de mamografia rotineiro deve ser feito com moderação em mulheres com menos de 50 anos. A orientação é de especialistas que discutiram ontem, no Senado, a prevenção do câncer de mama e a

qualidade da informação sobre o tema.

O Ministério da Saúde recomenda a mamografia para mulheres dentro da faixa etária de 50 a 69 anos. A Sociedade Brasileira de Mastologia também direciona o exame para a faixa prioritária. **4**

Debatedores ouvem a feminista Lilian Marinho (D) afirmar que a campanha de iluminação rosa de prédios públicos mascara as reais necessidades

Museu Imperial de Petrópolis



Em seus discursos, dom Pedro I falava sobre propostas e problemas do país

Unesco inclui textos do Senado como patrimônio mundial

A Unesco aprovou a inclusão, em seu Programa Memória do Mundo, de um conjunto de documentos

do Arquivo do Senado que trazem mensagens dos imperadores Pedro I e Pedro II ao Parlamento. **2**

Política espacial precisa de atenção, diz Anibal 3

Plenário deve votar desoneração da folha 3

Prodasen comemora aniversário

Com mais investimentos, Prodasen comemorou 42 anos com a participação de servidores e do senador Fleury. Objetivo

da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado é melhorar serviços e se tornar referência. **2**



Servidores do Prodasen se reúnem no evento que celebrou o aniversário do órgão e o aumento de investimentos

Marcos Oliveira/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing

Mensagens enviadas pelos imperadores dom Pedro I e dom Pedro II ao Legislativo e que integram o acervo histórico do Arquivo do Senado vão ser incluídas no Programa Memória do Mundo, da Unesco

Programa da ONU inclui textos antigos do Senado

A SÉRIE “FALAS do Trono”, parte do acervo do Arquivo do Senado, será incluída no registro nacional do Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A aprovação se deu em reunião do comitê nacional do programa, no início do mês.

A série traz as mensagens dos imperadores dom Pedro I e dom Pedro II e dos regentes para os deputados e senadores nas reuniões de abertura e encerramento do ano legislativo da Assembleia Geral Legislativa brasileira. Nos discursos, os imperadores falavam sobre temas importantes da história política, os problemas que o país enfrentava e propostas

para resolvê-los. Na abertura do ano legislativo, indicavam metas e, no encerramento, faziam balanço sobre a situação do país e as medidas tomadas pelo governo imperial.

As falas dos imperadores estão registradas em documentação autêntica, original e em bom estado de conservação, sob a responsabilidade da Coordenação de Arquivo da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado.

Os documentos não estão disponíveis para consulta física, mas qualquer pessoa pode ter acesso ao conteúdo digitalizado em mídia fornecida pelo solicitante (CD, DVD, pen drive) ou em cópia de papel (nesse caso, com o

pagamento do serviço).

O Programa Memória do Mundo identifica documentos que tenham valor de patrimônio documental da humanidade. Os escolhidos são inseridos no Registro Internacional de Patrimônio Documental a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas.

SOLICITE CÓPIAS

Serviço de Pesquisa e Atendimento ao Usuário

✉ Senado Federal, Coordenação de Arquivo, Via N2, Unidade de Apoio 1, CEP 70165-900, Brasília, DF
 ☎ (61) 3303-4076
 ✉ arquivo@senado.leg.br

É possível consultar as cópias presencialmente na Secretaria de Arquivo.

Escolhidos de 2014

TÍTULO DO ACERVO	INSTITUIÇÃO
Acervo Documental Iconográfico de Abdias Nascimento (1916–2011)	Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro)
Acervo Educador Paulo Freire (1921–2013)	Instituto Paulo Freire e Ana Maria Freire
Arquivo pessoal Nise da Silveira	Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente
Cartas Andradas	Fundação Biblioteca Nacional
Coleção Francisco Curt Lange, de documentos musicais	Museu da Inconfidência
Fundo Plínio Salgado	Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro
O Jornal Abolicionista A Redenção (1887–1899)	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Primeiro empréstimo externo brasileiro	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro — Museu da Fazenda Federal
Série “Aforamentos”	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Série “Falas do Trono” (1826–1889) — Fundo Assembleia Geral Legislativa do Império	Senado Federal

ILB oferece cursos a distância para todo o país

Estão abertas as pré-matrículas para 11 cursos com tutoria (acompanhamento de professores) promovidos pelo programa de educação a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado.

Os cursos, todos gratuitos, dão prioridade para servidores do Legislativo federal, mas também podem aceitar inscrições de profissionais de órgãos conveniados, como assembleias legislativas e ministérios.

O ILB oferece outros 23 cursos gratuitos sem tutoria, com inscrições abertas de janeiro a dezembro, para cidadãos de todo o país.

Nesse caso, segundo Simone Dourado, coordenadora de Educação a Distância do ILB, o mais concorrido é o de Introdução ao Direito Constitucional.

Também são muito buscados os de Ética na Administração Pública, Excelência no Atendimento e Processo Legislativo Federal.

Nas duas modalidades — com e sem tutoria — há, no momento, cerca de 150 mil inscritos em todo o país.

Para se matricular, o interessado precisa apenas se inscrever na Plataforma Saberes, encontrada na página de educação a distância do ILB.

Ao clicar no curso escolhido, o aluno não cadastrado será automaticamente redirecionado ao site para fazer o cadastro.

Inscreva-se na Plataforma Saberes: <http://bit.ly/inscricaoILB>



Senador Fleury participa da comemoração do 42º aniversário do Prodasen

Prodasen completa 42 anos e quer se tornar referência

Servidores comemoraram ontem os 42 anos do Prodasen (Secretaria de Tecnologia da Informação) com evento realizado no estacionamento do pátio interno do setor. Entre os mais de 200 presentes, estiveram o senador Fleury (DEM-GO) e a diretora-geral-adjunta de Gestão, Ilana Trombka.

Victor Guimarães Vieira tem 32 anos de Prodasen e há um ano e meio está à frente da unidade, ocupando o cargo de diretor. Para ele, desde a fundação, o Prodasen conquistou a confiança do público interno e, nos últimos anos, tem conseguido investimentos necessários para garantir um serviço de qualidade.

— Agora, a ideia é sistematizar o máximo possível os nossos processos para que o

Senado consiga atingir uma meta da Diretoria-Geral, que é tornar o Senado referência — explica Vieira.

De acordo com Patrícia Araújo da Cunha, do Gabinete Administrativo e responsável pela organização do evento, a comemoração foi pensada para acolher e envolver todos aqueles que fazem o Prodasen. A cerimônia, que incluiu apresentação do Coral do Senado, teve patrocínio do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal (Sindilegis) e da Associação dos Servidores do Prodasen (Ascip).

Além da comemoração, foi feito um hotsite que conta a história da área e mostra uma linha do tempo desde quando o Prodasen foi criado, em 1972.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em visita ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São Paulo, relator do Programa Nacional de Banda Larga aponta dificuldades no órgão devido a falta de pessoal

Anibal defende investimentos na política espacial

O GOVERNO DEVE fortalecer a política espacial brasileira, mediante a organização de concursos públicos para suprir a atual deficiência de servidores no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como forma de evitar a perda de conhecimentos acumulados pelo Brasil há décadas.

A avaliação é de Anibal Diniz (PT-AC), que ontem participou de reunião com diretores e funcionários do instituto em São José dos Campos (SP). O senador é relator, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado há quatro anos pelo governo federal para levar internet de alta velocidade a todas as regiões do país.

Ele lembrou que o Inpe foi criado para incentivar a política espacial e aplicar os



Criado para aplicar conhecimentos espaciais no interesse da sociedade, o Inpe precisa de 400 novos profissionais, diz Anibal

conhecimentos em projetos inovadores que atendam o governo e a sociedade. Anibal registrou que o instituto enfrenta dificuldades de operação por falta de demanda de

projetos e de pessoal.

Na avaliação de Anibal, o instituto, que conta hoje com 1.049 servidores — distribuídos nas carreiras de gestão, tecnologia e pesquisa — pre-

cisaria de 400 novos profissionais, pois muitos dos técnicos em atividade já ultrapassaram a idade de se aposentar.

Ontem, ainda em São José dos Campos, Anibal também

visitou o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a Al-tave. A empresa, em parceria com o órgão, desenvolve um balão que poderá estabelecer um enlace de comunicações para atender a demanda de internet de banda larga nas localidades mais isoladas do país, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste.

A ideia é que o balão opere a 300 metros do solo e tenha a capacidade de substituir até sete torres de retransmissão de sinais. O projeto encontra-se em avaliação no Ministério das Comunicações.

O relatório de Anibal a respeito do PNBL deve ser apresentado em meados de novembro. O senador pretende contribuir para que o Brasil “se coloque diante do espelho e se veja na área de ciência e tecnologia”.

Senado pode votar no dia 28 a desoneração de empresas

O Senado poderá votar na sessão deliberativa do dia 28 a reabertura do prazo do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) da Crise e a desoneração da folha de pagamento de cerca de 60 setores da economia.

As duas providências integram ações de incentivo à produção previstas em projeto de lei de conversão à Medida Provisória 651/2014, aprovada na terça-feira pela Câmara dos Deputados. Se não for votada até 6 de novembro, a medida perderá validade.

Caso o projeto seja aprovado, os contribuintes terão 15 dias a partir da publicação da lei para se beneficiar das condições previstas no Refis, como o parcelamento da dívida em até 180 meses.

A MP afasta a fixação de honorários advocatícios e de verbas de sucumbência nas ações judiciais que forem extintas em decorrência da adesão ao parcelamento. Também permite ao contribuinte usar crédito de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para quitar antecipadamente débitos parcelados pela Receita.

O texto torna definitiva a desoneração da folha para dezenas de setores. As empresas continuarão a ter o direito de substituir a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha por alíquotas que variam de 1% a 2% sobre a receita bruta.

O presidente da comissão

mista que admitiu a MP, senador Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a importância da medida no planejamento das empresas, que passam a contar com regras permanentes.

O projeto prevê a volta do

Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Parte do Plano Brasil Maior, o Reintegra devolverá, parcial ou integralmente, o resíduo tributário

remanescente na cadeia de produção de bens exportados.

A medida provisória incentiva ainda empresas de pequeno e médio porte a captarem recursos por meio da emissão de ações.

MP abrangente inclui prazo para fim dos lixões

A abrangência da MP 651/2014 foi bastante ampliada na comissão mista de deputados e senadores que a analisou. Saiu de 51 artigos na versão original para 124 no projeto de lei de conversão.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, excluiu 11 artigos do projeto por considerá-los estranhos ao tema original da MP

(mudança na legislação tributária).

Um dos itens, no entanto, foi reincorporado no Plenário: a ampliação até 2018 do prazo para os municípios acabarem com lixões. Muitas cidades não conseguiram cumprir a determinação, estabelecida na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), de pôr

fim aos lixões até 2 de agosto deste ano.

O texto aprovado na Câmara permaneceu abrangente, tratando da isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) de imóveis dos quilombolas à desoneração de PIS-Pasep e Cofins sobre transporte de passageiros em municípios contíguos.

Casildo apoia alternância no poder

Ao comentar a disputa pela Presidência da República, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) salientou ontem que a alternância no poder é uma característica natural do regime democrático, necessária para atrair propostas diferentes para o país. Ele considera saudável a possibilidade de o PT deixar o governo por considerar que, para qualquer força política, é difícil continuar criando novidades depois de quase 12 anos no poder.

— Acho que isso não pode ser alguma coisa de outro mundo. Se é para alternar o poder, por que não? Por que não virem ideias diferentes, até para arejar, quer dizer, até para fazer uma higiene mental, uma higiene nacional de outros pensamentos, de



Waldemir Barreto/Agência Senado

outras forças que querem colaborar também com propostas diferentes para o Brasil? — destacou.

Casildo disse esperar que, com uma eventual vitória de Aécio sobre Dilma, o PT consiga apresentar uma nova

mentalidade e ideias renovadas.

— Quem chegar, se não fizer um bom governo e não implantar aquilo que é uma ansiedade da nação, sem dúvida alguma, o povo vai julgar depois, no próximo pleito, no próximo campeonato. Isso é muito natural — afirmou.

Casildo lembrou ainda que, no caso de Aécio ganhar a eleição e implementar seu compromisso eleitoral de acabar com a reeleição, o PT terá, dentro de quatro anos, oportunidade de retornar ao poder.

Kaká pede que transposição espere chuva

Kaká Andrade (PDT-SE) acredita que o governo federal escolheu um mau momento para iniciar os testes da transposição do Rio São Francisco. Os testes foram iniciados esta semana, num momento em que o rio sofre muito com a estiagem, advertiu o senador, ao lembrar que a nascente está seca.

Kaká explicou que, nesta fase, deverá ser bombeado 1% da água do reservatório de Itaparica, que atualmente está com apenas 17,23% da capacidade total.

Além disso, segundo o senador, moradores das cidades próximas ao São Francisco já sofrem com o assoreamento, a falta de condições de navegabilidade e a diminuição dos peixes



Waldemir Barreto/Agência Senado

no rio. O senador teme que esses problemas se agravem ainda mais com transposição de águas do São Francisco para cidades de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte que sofrem com a seca.

— A transposição poderia esperar o momento em que o rio estivesse em suas reais condições — alertou o senador.

Kaká disse que é preciso começar a gestão ambiental cuidando dos rios, gerenciando melhor os reservatórios e levando em consideração os eventos críticos.

— O que a gente espera é que povo e governo se unam, porque os problemas ambientais e as consequências sofreremos todos nós — alertou.

Início do exame antes dos 50 anos teria pouco impacto na redução da mortalidade por câncer de mama. Informação e vida saudável são mais efetivos na prevenção

Médicos alertam para mamografia em excesso

O EXAME DE mamografia rotineiro deve ser feito com moderação em mulheres com menos de 50 anos. A orientação é de especialistas que discutiram ontem, no Senado, a prevenção do câncer de mama e a qualidade da informação sobre o tema.

O Ministério da Saúde recomenda a mamografia para mulheres dentro da faixa etária de 50 a 69 anos. De acordo com a médica Carolina Fuschino, da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), o ideal é direcionar o exame para a faixa prioritária, na qual há maior impacto na diminuição da mortalidade.

A partir dos 40 anos, acrescenta ela, algumas organizações médicas sugerem que se faça o exame para o chamado rastreamento — para mulheres com baixa probabilidade de desenvolvimento de tumores — porque também há impacto na mortalidade, embora menor.

— A mamografia não é um exame que não vai ter efeitos colaterais. Se você aumenta muito o número de mamografias ao longo da vida, a radiação a que você vai estar submetida tem efeitos cumulativos. Isso não vai ter um impacto importante para surgimento de cânceres. Mas, a partir do momento em que você começa a fazer mais cedo, a radiação vai ser maior ainda — explicou.

A mudança de postura se deve, entre outros pontos, ao chamado overdiagnóstico (um diagnóstico excessivo).

Segundo Arn Migowski, médico sanitário e epidemiologista do Instituto Nacional

de Câncer (Inca), muitos dos casos detectados num estágio bem inicial podem nem mesmo se desenvolver e se tornar câncer. Além disso, pesquisas demonstram que, mesmo com o crescimento do diagnóstico precoce de tumores nas mamas, a sobrevivência das mulheres não aumentou significativamente.

Os médicos concordaram que o que impacta na prevenção do câncer de mama é a educação, a percepção corporal e uma vida saudável, com alimentação equilibrada.

A audiência pública sobre o Outubro Rosa foi organizada pelo Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria Especial da Mulher no Senado.



Médica Carolina Fuschino (ao microfone) aponta importância de prevenção ao câncer de mama em audiência pública

Ativista pede que governo trate câncer logo após diagnóstico

A ativista Lilian Marinho, da Rede Feminista de Saúde, Diretos Sexuais e Reprodutivos, acusou a construção, por todo o Brasil, de uma “tirania do rosa”, com a iluminação de monumentos em várias cidades em alusão ao chamado Outubro Rosa. Segundo ela, a imposição de um “véu da alegria” acaba mascarando as verdadeiras necessidades: o fim da desinformação, o incremento da comunicação e a atuação rápida nos casos diagnosticados de câncer de mama e colo de útero.

Para Lilian, o Estado brasileiro não pode somente lançar uma suspeita de câncer sobre uma mulher sem garantir continuidade e rapidez no tratamento em caso de diagnóstico positivo.

— Queremos que, com o Outubro Rosa, [a atenção] se estenda, para que se garanta a essas mulheres o que vem depois: tratamento e acompanhamento — propõe.

Apesar de elogiar a campanha, que semeia a necessidade do cuidado, Lilian criticou os problemas de comunicação entre a população-alvo e as entidades e profissionais da área de saúde envolvidos com o tema.

— Algumas mulheres na faixa de 40 anos, por exemplo, exigem o direito assegurado em lei de fazer a mamografia preventiva, mas o Sistema Único de Saúde (SUS) mal consegue garantir o procedimento à faixa etária prioritária, dos 50 aos 69 anos — observou.

Além disso, ela aponta a existência de poucos laboratórios de alto risco para câncer, a lentidão na continuidade do tratamento e interesses econômicos e da indústria de medicamentos e de aparelhos — que levam a discussões sobre qual mamógrafo é melhor, o analógico ou o digital, quando há lugares sem nenhuma opção — como fatores que lesam o direito de cada mulher ser tratada e, em casos extremos e não mais tratáveis, de ter uma sobrevivência digna, sem dor e sofrimento.

Lilian Marinho também citou fatores como as desigualdades regionais e a falta de atenção a grupos específicos como presidiárias, albinas e moradoras de rua como problemas

para a universalização do atendimento.

Assim como Lilian Marinho, Carolina Fuschino também apontou a falta de comunicação, de uma relação próxima e com empatia entre médico e paciente e de informação de qualidade como entraves ao diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de colo de útero. Ela destacou que não existe um estudo no Brasil que mostre como está se dando, na prática clínica, a transmissão do conhecimento para o paciente. Ela citou que a ausência de informação é tanta que o Outubro Rosa pode passar até mesmo uma mensagem equivocada, de que a mamografia evita o câncer de mama, como se fosse uma vacina, em vez de somente detectá-lo.

Simon defende governo de união nacional

Pedro Simon (PMDB-RS) advertiu ontem ser necessário um governo de união nacional, que se sustente no diálogo e no debate de ideias, não na troca de favores em busca de apoio político. Ele mencionou



Waldemir Borreto/Agência Senado

escândalos que envolvem o governo e sublinhou que o país ainda não tem a dimensão do que foi revelado em delação premiada (ainda sigilosa) pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef.

Simon voltou a afirmar que uma eventual derrota no segundo turno da presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, pode ser “a melhor coisa para o Brasil e para o próprio PT”.

— Há derrotas que são vitórias — disse, dirigindo-se à presidente Dilma Rousseff.

No entendimento do senador, que declarou ter votado em Marina Silva (PSB) no primeiro turno, só na oposição o PT poderá se recompor e voltar

a ser o partido ético e importante para o país que foi no passado. Por outro lado, se vencer, o candidato Aécio Neves (PSDB) terá uma forte oposição, que o obrigará a cumprir os compromissos de campanha.

Para o senador, apesar de a apuração de votos no Brasil ser rápida e eficiente — o que o coloca “50 anos à frente” de outros países —, no caso da campanha eleitoral, o país está “50 anos atrás”. Simon comparou a campanha feita no Brasil com o modelo americano, onde a decisão dos eleitores ocorre após os debates, em que um candidato pergunta e o outro responde, sem o auxílio de assessores nem de documentos.

De acordo com Simon, no Brasil, quem faz a campanha não é o partido político nem o candidato, mas os marqueteiros, que, com suas técnicas, apresentam o candidato como um bom produto.

Fleury faz críticas a candidato em Goiás

Fleury (DEM-GO) chamou a atenção para a campanha eleitoral em Goiás e criticou o candidato ao governo Iris Rezende por anunciar que Ronaldo Caiado será o secretário de segurança pública caso vença as eleições.

O parlamentar lembrou que Caiado foi eleito senador pelo Democratas de Goiás em 5 de outubro e, segundo Fleury, é esperado pelos senadores do partido para liderar a legenda na Casa. Para ele, é necessário respeitar os mais de 1 milhão de votos que Caiado recebeu do eleitorado goiano para o Senado.

Na avaliação de Fleury, a nomeação para a Secretaria de Segurança Pública representaria também falta de respeito ao povo goiano pelo fato de Caiado não ser nem jurista nem militar, profissões, para ele, necessárias para que se tenha condições mínimas de desempenhar adequadamente a função de



Waldemir Borreto/Agência Senado

secretário da área.

— Sabemos da sua luta [de Ronaldo Caiado], com cinco mandatos de deputado federal, e agora vem para esta Casa com mais de 1 milhão de votos, sendo o mais votado para o Senado.

Acho que o candidato Iris Rezende está no mesmo caminho da presidente Dilma Rousseff: totalmente perdido em relação ao número 45. O 45 em Goiás será a grande vitória, assim como no país, no fim de semana que se segue ao próximo, quando teremos uma mudança radical para melhor — disse Fleury, pedindo o apoio do povo de Goiás para a reeleição do governador Marconi Perillo.

No mesmo pronunciamento ontem, o parlamentar destacou as comemorações do 42º aniversário de fundação do Prodasen, órgão que dá suporte à infraestrutura e à tecnologia da informação para todo o Senado Federal.